

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO
10 DE MARÇO DE 2022**

ATA Nº1/2022

Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório São Tomas de Aquino, sito na Rua de Santa Margarida, 181, em Braga, a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado, a qual se realizou após o ato de eleição e instalação da Mesa da Assembleia Intermunicipal.

Estiveram presentes vinte e nove (29) dos seus membros. Integram a Mesa o Senhor Presidente da Mesa, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, assessorado pelo Vice-Presidente, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro e pela Secretária, Elisa Amélia Rodrigues Brandão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1) Ratificação da Ordem de Trabalhos

2) Período Antes da Ordem do Dia;

3) Período da Ordem do Dia:

3.1-Apreciação e votação da Ata da reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal do Cávado realizada no dia 14 de junho de 2021;

3.2-Intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal e análise e votação da proposta de eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal;

3.3-Análise e votação das propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;

3.4-Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal de 23.11.2020;

3.5-Proposta de autorização Prévia Genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;

3.6-Proposta de ratificação da deliberação do Conselho Intermunicipal de 02.12.2021 relativamente à não aceitação da transferência de competências no domínio da ação social em 2021;

3.7-Proposta de prorrogação da transferência de competências no domínio da Ação Social, em 2022, nos termos previstos pelo DL n.º 55/2020, de 12.08 e n.º 23/2022, de 14.02;

3.8-Proposta de adesão à deliberação do Conselho Intermunicipal sobre Acordo de Parceria Portugal 2030;

3.9-Análise e votação da proposta de Regimento da Assembleia Intermunicipal;

3.10-Voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Lobo.

O Senhor Presidente da Mesa deu início à sessão, procedendo à apresentação da proposta de ordem de trabalhos, tendo sido esta ratificada. No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à comunicação das ausências do deputado João Jorge Ferreira Baptista e do deputado Carlos António Andrade Arantes. O Senhor Presidente da Mesa comunicou ainda a substituta do deputado João Jorge Ferreira Baptista, a deputada Sandra de Oliveira Cardoso. O Senhor deputado do Partido Socialista, Aires Fumega, requisitou a palavra para apresentar uma declaração política sobre as eleições legislativas de 2022, onde sublinhou a forte mobilização para este processo eleitoral e a escolha do povo português para uma estabilidade social e económica. -----

Os Senhores Deputados José Pedro Pires Machado do Partido Socialista, Manuel Barros do Partido Social Democrata, Carlos Neves, do Partido CDS-PP, João Marques do Partido Social Democrata, apresentaram um voto de solidariedade ao povo Ucraniano. O Presidente da Mesa colocou à votação este voto de solidariedade e de condenação da Rússia pela invasão da Ucrânia, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Mesa passou de seguida ao Período da Ordem do Dia, onde foram discutidos e votados os seguintes assuntos:

3.1-Apreciação e votação da Ata da reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal do Cávado realizada no dia 14 de junho de 2021; -----

Após dispensa da leitura da ata, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade, foi o conteúdo da ata colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito abstenções.-

3.2-Intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal e análise e votação da proposta de eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal;-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio, que procedesse à apresentação da proposta do novo Secretariado Executivo Intermunicipal. Começou por enaltecer o trabalho desenvolvido desde novembro de 2020 pelo Dr. Rafael Amorim e reiterou a confiança neste para o futuro, conforme decisão unânime do Conselho Intermunicipal. O Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto para discussão, tendo o deputado João Nogueira requisitado a palavra para referir que o Partido Socialista vota favoravelmente esta proposta. De seguida, a Mesa da Assembleia procedeu à chamada dos deputados e iniciou-se a respetiva votação, por voto secreto. Após a votação, a Mesa da Assembleia procedeu à contagem dos votos, tendo registado a entrada de vinte e oito votos, com vinte e cinco votos a favor da proposta, um voto em branco e dois votos nulos. O Senhor Presidente da Mesa questionou todos os deputados presentes se votaram e não havendo nenhuma intervenção, foram considerados os votos presentes na urna. O novo Primeiro Secretário Executivo, Dr. Rafael Amorim, foi assim eleito por maioria e aclamação dos presentes, como Primeiro Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

De seguida foi chamado o Primeiro Secretário Executivo eleito para, nos termos do artigo 100.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12.09, tomar posse e iniciar, de imediato, as suas funções.-----

3.3-Análise e votação das propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio, que procedesse à apresentação do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, tendo este delegado a apresentação ao Senhor Primeiro Secretário Executivo, Dr. Rafael Amorim.

Na sua intervenção, começou por agradecer o voto de confiança para o próximo mandato e apresentou uma breve descrição dos órgãos e principais atividades desta CIM. Salientou que, à semelhança dos anos anteriores, os Fundos Europeus representam um peso significativo no financiamento da CIM do Cávado. O Primeiro Secretário Executivo salientou que este ano, será um ano de grande execução de projetos com financiamento europeu, com novos projetos a serem desenvolvidos como, por exemplo: Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, Plano Estratégico de Detecção e Controlo da Vespa velutina na NUTS III do Cávado e no Controlo e contenção da proliferação das espécies exóticas invasoras na NUTS III. Afirmou ainda que se avizinham meses particularmente difíceis, não só pelo contexto pandémico, mas pela conjuntura internacional, a qual poderá ter impacto direto na economia nacional e no desenvolvimento de alguns projetos.

O Primeiro Secretário Executivo realça que este documento propõe um conjunto de objetivos a serem desenvolvidas pela CIM Cávado no ano de 2022, garantindo, enquanto documento de gestão, o seu cumprimento e/ou adaptação às vicissitudes que possam surgir.-----

Após a apresentação, este ponto foi colocado à discussão, verificando-se a intervenção do senhor deputado João Nogueira, do Partido Socialista, que requisitou a palavra para referir a continuidade de alguns projetos do anterior mandato. Faz ainda uma reflexão sobre a importância das áreas do Turismo, Proteção Civil, Ambiente, Formação e Coesão Social. Nomeadamente para a qualidade da oferta turística do território, medidas de combate às alterações climáticas, e para o reforço da coesão territorial. Afirmou que esta proposta merece o crédito do Partido Socialista, deixando duas questões ao Primeiro Secretário Executivo, a primeira relativa ao património, nomeadamente a permuta do Museu dos Biscainhos, e uma segunda sobre o que se pretende fazer com o Edifício cedido à Cáritas.-----

De seguida, Carlos Neves, do CDS-PP, solicitou a palavra, para felicitar o Dr. Rafael Amorim pela eleição e referir que a apreciação ao documento é positiva, na qual irá votar favoravelmente. Na sua intervenção deixou a nota, com certa preocupação, sobre a incerteza do futuro e reforçou a necessidade de uma CIM focada na coesão territorial, para que seja o ambiente de promoção de projetos coletivos. Deu ainda nota da discussão da regionalização num futuro próximo.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio, para responder às questões levantadas. Relativamente ao edifício cedido à Cáritas, o Presidente do Conselho Intermunicipal afirmou que existe um contrato de comodato até 2040. Sobre o Palácio dos Biscainhos, Ricardo Rio, informou que têm havido interações junto do Ministério da Justiça e Finanças para que essa permuta se realize, em troca de outros ativos do território para projetos futuros. Este processo tem-se arrastado até aos dias de hoje, mas louva o impulso e trabalho do Secretariado Executivo neste último ano. -----

De seguida, o ponto foi colocado à votação, o qual foi aprovado por maioria, com duas abstenções, uma do Partido Socialista e outra da CDU.-----

3.4-Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal de 23.11.2020;

Após a dispensa da leitura da listagem de compromissos, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia e não havendo questões, foi dado conhecimento.-----

3.5-Proposta de autorização Prévia Genérica para assunção de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;

Após dispensa da leitura da autorização, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia, a proposta de autorização genérica foi aprovada com maioria, com um voto contra da CDU e uma abstenção do Partido Socialista.-----

3.6-Proposta de ratificação da deliberação do Conselho Intermunicipal de 02.12.2021 relativamente à não aceitação da transferência de competências no domínio da ação social em 2021;

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. Ricardo Rio, requisitou a palavra para referir que este ponto reflete uma questão formal, visto que se refere ao ano 2021, tendo em conta a portaria apenas publicada no mês de outubro de 2021. Sobre o ponto seguinte refere que, tendo em conta a possibilidade de adiamento da transferências de competências na área da Ação Social até ao final do ano, conforme solicitação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi decidido em Conselho Intermunicipal optar pelo adiamento das mesmas, seguindo agora para ratificação deste órgão.-----

-----De seguida, a proposta de ratificação da deliberação do Conselho Intermunicipal no âmbito da não aceitação da transferência de competências no domínio da Ação Social em



2021, teve a intervenção do senhor deputado João Nogueira, do Partido Socialista, o qual salientou o tempo em que alguns executivos, principalmente os que mantiveram mandato, tiveram para se organizar, e da resistência dos municípios a esta mudança. Por um lado, a promoção de políticas de proximidade e de apoios sociais mas por outro a falta de organização para este serviço, que na sua opinião já devia de estar no terreno, terminando com a indicação do seu voto de abstenção.-----

-----O deputado Manuel Barros, do Partido Social Democrata, requisitou a palavra para salientar o empenho e a dedicação das autarquias para os atuais apoios sociais, nomeadamente para as medidas de apoio e acolhimento de refugiados do conflito na Ucrânia. Referiu ainda que a implementação desta nova política pública de âmbito nacional, mas de incidência local, trará mais compromissos, mas não se deve esquecer os apoios já existentes. Salientou ainda a atitude cautelosa dos municípios nesta proposta de adiamento, tendo o seu voto favorável.-----

Tendo-se depois passado à votação, este ponto foi aprovado por maioria, com um voto contra do Partido Socialista e sete abstenções do Partido Socialista.-----

3.7-Proposta de prorrogação da transferência de competências no domínio da Ação Social, em 2022, nos termos previstos pelo DL n.º 55/2020, de 12.08 e n.º 23/2022, de 14.02;

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia, a proposta de prorrogação da transferência de competências no domínio da Ação Social em 2022, foi aprovada com maioria, com dois votos contra, um do Partido Socialista e outro da CDU, e sete abstenções do Partido Socialista. -----

3.8-Proposta de adesão à deliberação do Conselho Intermunicipal sobre Acordo de Parceria Portugal 2030;

Após dispensa da leitura da proposta, solicitada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos senhores deputados da Assembleia, o Primeiro Secretário Executivo procedeu à apresentação da proposta, que reflete a contestação do Município de Barcelos sobre a não classificação enquanto centro urbano regional, apoiada pelo Conselho Intermunicipal, no âmbito da contratualização dos centros urbanos regionais, descrita no Acordo de Parceria Portugal 2030, no âmbito do período de programação 2021/2027. -----

---O senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do Partido Social Democrata, requisitou a palavra e começou por indicar a desvalorização do concelho de Barcelos, nomeadamente na questão da não classificação como centro urbano regional, tendo em conta os seus pares do quadrilátero urbano, colocando esta região em posição de desigualdade com os restantes municípios da região Norte do país e no acesso a oportunidades de financiamento. Salientou ainda o papel do IPCA - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, na área da investigação e no desenvolvimento do território.-----

De seguida, José Brito Faria, do Movimento Barcelos Terra de Futuro, requisitou a palavra para reforçar o apelo à Assembleia, no sentido de unir esforços para a classificação de Barcelos como centro urbano regional, tendo em conta as estruturas comuns com concelhos vizinhos, e de forma a manter a equidade nos concelhos do quadrilátero urbano.-----

-- O deputado José Cardoso, do CDS-PP, requisitou a palavra para destacar a posição dinâmica e empreendedora do concelho de Barcelos e da posição de desigualdade em que fica no Acordo de Parceria Portugal 2030 com os restantes municípios da região Norte do país.-----

---O deputado Manuel Barros, do Partido Social Democrata, mostrou a sua solidariedade com o município de Barcelos, num reforço à mudança. -----

De seguida, o deputado João Nogueira, do Partido Socialista demonstrou a sua preocupação e dúvidas sobre os critérios para a não consideração de Barcelos como centro urbano regional, tendo em conta a sua potencialidade. -----

O Senhor Primeiro Secretário Executivo referiu que não existe uma razão material que justifique esta situação, comparativamente a outros municípios da região Norte, e a mesma é

determinada pela adesão cega ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) em vigor. -----

A proposta de adesão foi aprovada com maioria, com uma abstenção da CDU. O Senhor deputado João Nogueira efetuou uma declaração de voto, onde apela ao sucesso coletivo do Cávado.-----

3.9-Análise e votação da proposta de Regimento da Assembleia Intermunicipal;

Foi feito um enquadramento do Regimento da Assembleia Intermunicipal, que se pretende que continue por ora igual ao já em vigor, podendo ser alvo de alterações propostas por parte dos deputados sempre que estes entendam importante. Teve a intervenção do senhor deputado João Marques, do partido Social Democrata, que propôs a criação de uma Comissão Paritária para a revisão do Regimento, e que deverá ser apresentada na próxima reunião ordinária deste órgão. De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, no âmbito do artigo 19º do Regimento, convidou os deputados a apresentarem propostas no âmbito da representação dos grupos parlamentares, informando ainda que o PSD apresentou já uma proposta à Mesa, sendo o líder o deputado João Marques e o substituto o deputado Avelino Soares. Foi colocada à votação a aprovação do Regimento da Assembleia Intermunicipal e a constituição da Comissão Paritária, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

3.10-Voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Lobo.

Foi apresentada à Mesa da Assembleia Intermunicipal, sob orientação do Conselho Intermunicipal, e à qual se associou a Assembleia Intermunicipal, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. João Lobo, que foi deputado intermunicipal entre 2008 e 2017, tendo exercido as funções de Presidente da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado entre 2010 e 2014. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia leu o voto de pesar, e de seguida foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, "um sentido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr.João Lobo."-----

Quando eram uma hora do dia 11 de março de dois mil e vinte e dois, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão, que ao abrigo de autorização deliberativa do plenário, e por unanimidade, conferiu todos os poderes à Mesa para elaborar, aprovar e assinar a minuta da ata da reunião.-----

Logo de seguida, recebeu a mesa duas declarações de voto provenientes da CDU, relativas aos pontos 3.3 - Análise e votação das propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022 e 3.7- Proposta de prorrogação da transferência de competências no domínio da Ação Social, em 2022, nos termos previstos pelo DL n.º 55/2020, de 12.08 e n.º 23/2022, de 14.02, que optou por as aceitar, embora com a recomendação de que as mesmas, de futuro e sempre que possível, devem ser apresentadas imediatamente após a votação dos pontos em discussão.-

Braga, 11 de março de 2022

O Presidente da Mesa:
O Vice-Presidente da Mesa:
O Secretário:

Handwritten signatures in blue ink:
Alexandrina, António, João, Ribeiro, João Avelino, Polímeros, Brando